



O voo cego dos tucanos

PODER Com Aécio na fogueira, o PSDB reluta em abandonar Temer, mas não é capaz de esconder as fissuras na sua base

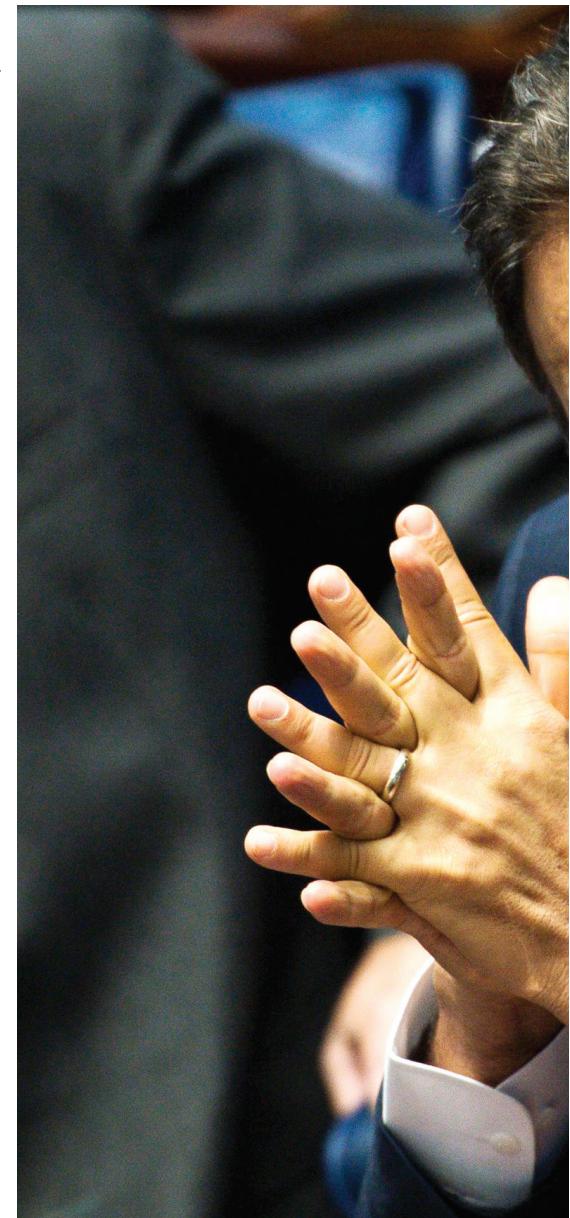
POR RODRIGO MARTINS*

Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas." A epígrafe que figura na abertura do manifesto de criação do PSDB tem sido evocada por um crescente número de militantes tucanos para constranger a cúpula do partido, cada vez mais cindido. Dissidentes do PMDB de José Sarney e Orestes Quérquia, os fundadores da legenda, nascida em 25 de junho de 1988, diziam-se "chocados com o espetáculo do fisiologismo político e da corrupção impune" vivenciado pelo Brasil à época e "desiludidos com o governo que deixou de se constituir o primeiro da Nova República, preferindo fazer-se o último da Velha República".

O tempora, o mores! Passados 29 anos, o PSDB hoje figura como principal fiador do peemedebista Michel Temer, investigado por corrupção passiva, obstrução da Justiça e participação em organização criminosa no Supremo Tribunal Federal. Ao manter os cuidados intensivos do moribundo paciente, o partido preserva posições em quatro ministérios. Nunca esteve tão comprometido com as benesses do poder e distante das ruas, reconhece, com pesar, um parlamentar tucano, desludido com os rumos da legenda.

A Executiva Nacional do PSDB decidiu, em 12 de junho, permanecer no governo Temer, com o pretexto de garantir a aprovação das reformas trabalhista e da Previdência. Está cada vez mais difícil, contudo, esconder as fissuras na base. Ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso e um dos autores do pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff, o advogado Miguel Reale Jr. entregou, no dia seguinte à deliberação, a sua ficha de desligamento da legenda, da qual é filiado há 27 anos. "O argumento de permanecer no governo para apoiar as reformas não se justifica. O partido poderia dar o apoio no Congresso a elas mesmo fora da gestão", afirmou Reale Jr. ao jornal *O Globo*. "O que existe é um acordo espúrio com Temer em troca de um

Hoje o partido é o principal fiador de um governo que representa tudo aquilo que seu manifesto de criação diz combater



apoio a Aécio Neves. Isso é inadmissível."

Afastado do Senado e da presidência do PSDB, Aécio está ameaçado por um pedido de prisão preventiva solicitado pela Procuradoria-Geral da República. Alvo da Operação Patmos, o tucano responde a uma ação penal no Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva e obstrução da Justiça. Aécio foi gravado secretamente pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS, pedindo 2 milhões de reais

MARCELO CAMARGO/ABR, ANDRESSA ANHOLETE/AFP E ALESSANDRO LOYOLA



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 34

Violência no Campo. Um mês
após a chacina de Pau D'Arco,
sobram evidências de um massacre



para custear a sua defesa na Lava Jato, onde responde a cinco inquéritos decorrentes das delações da Odebrecht. O pedido inicial teria sido feito por Andrea Neves, sua irmã. E o dinheiro foi coletado pelo primo Frederico Pacheco.

O exame da prisão cautelar, previsto para terça-feira 20, foi adiado porque a defesa de Aécio apresentou um novo pedido para que a decisão fosse remetida

Sem rumo.
Afastado do Senado, Aécio Neves está ameçado de prisão. Reale Jr. já bateu em retirada. FHC esmera-se em vender fumaça



Seu País

da Primeira Turma, composta de cinco juízes, para o plenário do STF, no qual estão todos os 11 ministros. No sábado 17, o relator Marco Aurélio Mello rejeitou o pedido, mas terá de analisar o recurso apresentado pelo parlamentar. Não há data para o reexame do caso.

Antes de adiar o caso Aécio, a Primeira Turma do STF concedeu prisão domiciliar para a irmã e o primo do parlamentar, além de permitir o cumprimento de penas alternativas a Mendherson Souza Lima, assessor do senador Zezé Perrella (PMDB), destinatário final dos repasses da JBS. Nesse episódio, surpreendeu a atuação do ministro Luiz Fux. Na semana anterior, ele foi o voto decisivo para manter Andrea Neves presa preventivamente. No recente julgamento, não apenas mudou de ideia como foi o mentor da solução de relaxar as detenções. Resta saber que forças ocultas atuaram sobre o magistrado, o mesmo que há quase três anos concedeu uma liminar para todos os juízes terem direito a um auxílio moradia de 4,3 mil reais.

Desde a eclosão do escândalo da JBS, a bancada do PSDB na Câmara está dividida sobre a permanência do partido no governo Temer. O grupo conhecido como “cabeças pretas”, em contraposição aos “cabeças brancas” que integram a cúpula da legenda, pressiona para que os tucanos entreguem imediatamente os ministérios e cargos na administração federal. Atualmente, o PSDB ocupa a Secretaria de Governo, com Antônio Imbassahy; Cidades, com Bruno Araújo; Relações Exteriores, com Aloisio Nunes; e Direitos Humanos, com Luislinda Valois. Para os “cabeças pretas”, o PSDB não está em condições de assumir o desgaste dos sucessivos escândalos a abater o governo Temer, ainda mais com Aécio na fogueira.

Divergentes. João Gualberto orgulha-se de ter pedido o *impeachment* de Temer. Para Daniel Coelho, o PSDB não pode ter postura seletiva em relação à corrupção

Desde a eclosão do escândalo da JBS, a bancada tucana na Câmara está dividida

A turma não esconde mais as divergências. Em pronunciamento na tribuna da Câmara, na terça 20, o deputado João Gualberto, do PSDB da Bahia, disse orgulhar-se de ser “um dos primeiros a protocolar o *impeachment* de Michel Temer, menos de 24 horas depois que saiu a gravação sobre o Presidente da República”. A *CartaCapital*, o parlamentar criticou a manutenção do apoio tucano ao peemedebista. “Esse governo vai ficar igual o da Dilma, sem condições de governar”, avaliou. “Quero ver deputado ter coragem de votar contra a denúncia (*do Ministério Público contra o presidente*) aqui no plenário. Vai ficar todo mundo exposto, vai ser igual ao *impeachment*.”

Um dos principais expoentes do grupo pró-desembarque na Câmara, o deputado Daniel Coelho, do PSDB de Pernambuco, ressalta o risco de o partido promover um

abraço de afogados com Temer. “Esse apoio iguala o PSDB à postura seletiva do PT e do PSOL, mestres em apontar a corrupção alheia, mas que falam em golpe e perseguição quando as denúncias atingem Lula e Dilma”, afirma. O parlamentar demonstra certo desconforto com a nomenclatura “cabeças pretas”, segundo ele uma simplificação. “De fato, os parlamentares mais jovens têm demonstrado maior insatisfação, mas não só eles. O deputado Eduardo Barbosa está em seu sexto mandato parlamentar e, desde o início, defendeu uma posição independente do PSDB. Fernando Henrique Cardoso não apenas pediu a renúncia de Temer, como aventou a possibilidade de eleições gerais.”

Anteriormente, FHC havia classificado como “golpe” a ideia da oposição de aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição para a convocação de eleições diretas. Agora propõe a antecipação de eleições, até mesmo para renovar o Parlamento. Questionado sobre a evidente contradição, disse confiar em um “gesto de grandeza” de Temer, “quem legalmente detém o poder”, para viabilizar a proposta. Perdoe-se o “legalmente”. Não bastasse, a página oficial do tucano no Facebook compartilhou um artigo





do jornalista Bernardo Mello Franco, colunista da *Folha de S.Paulo*, sobre antecipação de eleições e acrescentou a hashtag #voltaFHC. Responsável pela gestão das redes sociais do ex-presidente, Xico Graziano excluiu o *post* e afirmou que foi um erro de sua equipe.

Nos corredores do Congresso, ninguém deu a menor importância à tese levantada pelo ex-presidente. Primeiro, pela necessidade de confiar na “grandezza” de Temer. Segundo, pela inviabilidade de um pacto político por eleições gerais, no qual todos os deputados, senadores, governadores e deputados estaduais abram mão de concluir os seus mandatos. Na prática, as declarações pela renúncia e por antecipação de eleições foram interpretadas mais como um aceno, inócuo, aos insatisfeitos com a permanência do PSDB no governo Temer.

A pressão também emerge dos diretórios estaduais do PSDB. As representações do partido em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul já se posicionaram pelo desembarque do governo Temer. Um dos primeiros paulistas a puxar esse debate foi o deputado estadual

Carlos Bezerra Jr. “A postura de parte da cúpula do PSDB reflete uma desconexão com a realidade. Só há dois caminhos para resgatar o País da crise política e ética. Primeiro, é preciso resgatar a autoridade presidencial por meio do voto popular, único meio de lhe garantir legitimidade. Segundo, promover uma reforma política capaz de impedir que esse tipo de crise se transforme novamente em um impasse”, afirma o parlamentar, defensor do fim das coligações partidárias e do financiamento público e exclusivo de campanha.

A situação do PSDB é particularmente delicada porque, nos últimos anos, o partido assumiu um discurso udenista, que atribuía todos os males do Brasil ao PT, como se os adversários políticos detivessem o monopólio da corrupção no País. Os últimos desdobramentos da Lava Jato comprovaram o exato oposto: a corrupção, no Brasil, é sistêmica, atinge praticamente todos os partidos que chegaram ao poder. Sem ter condições de manter a pose moralista, o partido vê o seu eleitorado debandar. Atualmente, nenhum dos seus virtuais candidatos

à Presidência da República tem conseguido amealhar mais do que um dígito das intenções de voto, enquanto Lula se mantém na liderança das sondagens eleitorais, seguido a distância pelo ultradireitista Jair Bolsonaro, do PSC, e pela ex-ministra Marina Silva, da Rede.

O cientista político Cláudio Couto, professor da Fundação Getúlio Vargas, observa que os tucanos sempre rivalizaram com o PT. Num primeiro momento, isso ocorreu porque disputavam o mesmo eleitorado, progressista, que resistiu à ditadura. Apesar disso, o PSDB chegou a apoiar Lula no segundo turno das eleições de 1989. “A cisão só ocorreu no governo FHC, quando os tucanos se aliaram a partidos conservadores para governar e empurraram o PT mais para a esquerda. Quando Lula venceu a eleição, o PSDB também se viu forçado a radicalizar o discurso, mas a sua área de escape era pela direita”, observa. “O problema é que as lideranças tucanas apelaram para um discurso udenista, conservador, mas travestido de combate à corrupção. Agora percebem que a fantasia não lhe cai bem, precisam moderar o discurso, mas o que fazer com os radicais que foram instigados a sair às ruas com esse discurso moralista?”

Além dos ministros tucanos, um dos mais interessados na aliança do PSDB com o PMDB é o prefeito de São Paulo, João Doria. Diz ser preciso aprovar as reformas, e não consegue esconder a ambição de se cacifar para voos mais altos na política nacional. Doria insiste em defender um “voto de confiança” em Temer, ao mesmo tempo que diz “duvidar” das acusações de Joesley Batista. “A palavra que importa é a da Justiça”, disse, durante um encontro com empresários no Rio de Janeiro, na segunda-feira 19. Dias depois, criticou a “agonia” da gestão peemedebista e enfatiza que o apoio tucano “não é infinito”. Na prática, as incontornáveis contradições tucanas fazem a legenda parecer uma biruta de aeroporto. Vai ao sabor dos ventos. •